

Aliança do Brasil Seguros S.A.

CNPJ 01.378.407/0001-10



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014	
Ativo Circulante		1.041.308	1.031.418	
Disponível		6.725	64.300	
Caixa e bancos	5	6.725	64.300	
Equivalentes de caixa	5	4.452	8.467	
Aplicações	6	180.986	225.124	
Créditos das operações com seguros e resseguros		580.129	463.022	
Prêmios a receber	8	227.202	233.833	
Operações com seguradoras		15.784	9.839	
Operações com resseguradoras	9a	337.143	219.350	
Outros créditos operacionais		10.198	6.108	
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	149.667	150.509	
Títulos e créditos a receber		31.461	31.718	
Títulos e créditos a receber	10	26.760	30.026	
Créditos tributários e previdenciários	26b	3.824	936	
Outros créditos		877	756	
Outros valores e bens		867	366	
Bens à venda		867	366	
Despesas antecipadas		356	9.185	
Custos de aquisição diferidos		76.564	72.619	
Seguros	19	76.564	72.619	
Ativo não circulante		389.844	282.292	
Realizável a longo prazo		357.564	274.172	
Aplicações	6	293.112	211.479	
Créditos das operações com seguros e resseguros		8	3.320	
Prêmios a receber	8	8	3.320	
Ativos de resseguro e retrocessão		9a	18.835	19.109
Títulos e créditos a receber		40.392	34.432	
Créditos tributários e previdenciários	26b	20.256	15.273	
Depósitos judiciais e fiscais	23a	20.136	19.159	
Custos de aquisição diferidos		19	5.225	5.832
Seguros	19	5.225	5.832	
Participações societárias		417	415	
Imobilizado		11	1.228	1.436
Bens móveis		1.228	1.436	
Intangível		12	30.635	6.267
Outros intangíveis		30.635	6.267	
Total do ativo		1.431.152	1.313.708	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Aliança do Brasil Seguros S.A. atua no segmento de seguros de danos, exceto automóveis. Em 2015, apresentou prêmios emitidos de R\$ 722,9 milhões e lucro líquido de R\$ 82,9 milhões representando incrementos de 2,6% e de 29,7%, respectivamente, sobre os resultados do ano anterior. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2015, os acionistas deliberaram a distribuição de lucros de R\$ 10,0 milhões, na forma de juros sobre capital próprio, bem como o aumento de capital no mesmo valor.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o

	Nota	2015	2014	
Passivo Circulante		1.025.150	994.658	
Contas a pagar		84.041	66.140	
Obrigações a pagar	13	54.467	40.812	
Impostos e encargos sociais a recolher		15.500	13.229	
Encargos trabalhistas		1.327	-	
Impostos e contribuições	13	13.197	12.099	
Débitos de operações com seguros e resseguros		325.962	326.925	
Prêmios a restituir		14	261	
Operações com seguradoras	15	46.266	58.032	
Operações com resseguradoras	16	252.740	197.077	
Corretores de seguros e resseguros	16	13.027	39.262	
Outros débitos operacionais	17	45.508	32.519	
Depósitos de terceiros		18	37.172	52.050
Provisões técnicas - seguros		19	577.975	549.543
Danos		577.975	549.543	
Passivo não circulante		166.074	149.671	
Contas a pagar		118	-	
Tributos diferidos		118	-	
Provisões técnicas - seguros		19	128.931	119.938
Danos		128.931	119.938	
Outros débitos		23	37.025	29.733
Provisões judiciais	23	37.025	29.733	
Patrimônio líquido		24	239.928	169.379
Capital social		105.171	105.171	
Aumento de capital (em aprovação)		8.500	-	
Reservas de lucros		128.428	65.554	
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(2.171)	(1.346)	

Total do passivo e patrimônio líquido 1.431.152 1.313.708

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	105.171	-	-	8.844	73.889	(253)	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1.093)	-	(1.093)
Dividendos pagos - AGE de 20 de janeiro de 2014	-	-	-	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	-	(30.919)	-	(30.919)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	63.921	63.921
Distribuição do resultado:								
Reserva legal	-	-	-	3.196	-	-	(3.196)	-
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	-	-	(15.181)	(15.181)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	55.544	-	(45.544)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	105.171	-	-	12.040	43.514	(1.346)	-	169.379
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(825)	-	(825)
Aumento de capital - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Capital social a integralizar	-	-	(1.500)	-	-	-	-	(1.500)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82.874	82.874
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	-	-	-	4.144	-	-	(4.144)	-
Juros sobre o capital próprio - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	(58.730)	(58.730)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	105.171	10.000	(1.500)	16.184	112.244	(2.171)	-	239.928

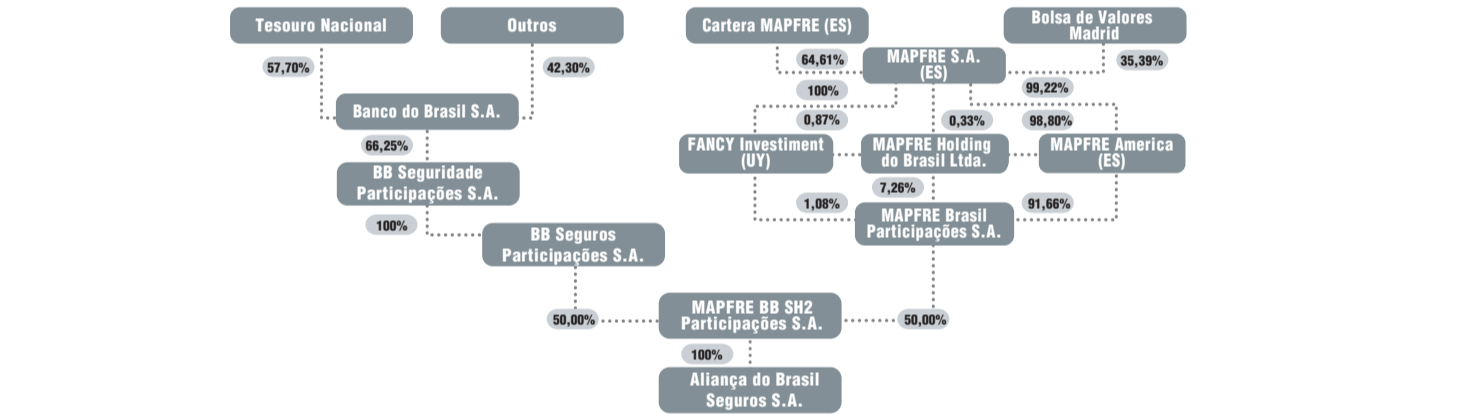
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aliança do Brasil Seguros S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de danos. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, e cadastrada no CNPJ sob o nº 01.378.407/0001-10. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante designado por "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas

empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BB MAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e preparados segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2016. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referenciado pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Prêmios a receber (provisão para risco sobre renda); • Notas 3k, 19 e 22 - Provisões técnicas; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações não efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i.* Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo despesas ativos são reconhecidas no resultado do período. *ii.* Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iii.* Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv.* Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6d. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 e Bovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período. **d) Redução ao valor recuperável:** *i.* Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii.* Operações de seguros e resseguros: A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber diretos com base em estudo técnico que leva em consideração os prêmios diretos, líquidos de resseguro, cosseguro e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade histórica de cancelamento por inadimplência e sobre os créditos a recuperar com resseguradores, com base em estudo que considera o total dos

créditos com data de origem superior a 365 dias e aplicação de fator de ponderação calculado de acordo com o rating do ressegurador. Para as operações com IRB Brasil Resseguros S.A. e MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros não há histórico de risco de perda. *iii.* Ativos não financeiros: Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

e) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme reconhecidos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **f) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 12. **g) Classificação dos contratos de seguros:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferirem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois transferem risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial por meio da diversificação de riscos. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados índices de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na Nota 3a ii). Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 11 meses. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquida do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a provisão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apose. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cossseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do IBNER (Sinistros Ocultos mas Não Suficientemente Avisados), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocultos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de sinistros. **l) Operações com o Convênio DPVAT:** As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alcovêneas relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alcovêneas a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, IBNR e IBNER. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 34,6% para a Seguradora. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFHSH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões passivas e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma

vincencio", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 108,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados pela confiança depositada e aos nossos colaboradores, pelo seu comprometimento e trabalho.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2015	2014
Prêmios emitidos	25b	722.877	704.619
(-) Variações de provisões técnicas		(24.322)	(27.972)
(=) Prêmios ganhos	25a	698.555	676.647
(+) Receita com emissão de apólice		2.811	2.574
(-) Sinistros ocorridos	25c	(274.861)	(313.919)
(-) Custos diferidos	25d	(235.860)	(236.851)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(8.942)	(18.140)
(+/-) Resultado com resseguro	25f	(40.495)	44.199
(+) Receita com resseguro		21.527	105.409
(-) Despesas com resseguro		(62.022)	(61.210)
(-) Despesas administrativas	25g	(69.365)	(65.967)
(-) Despesas com tributos	25h	(23.204)	(21.499)
(+) Resultado financeiro	25i	84.819	41.588
(+) Receitas financeiras		128.902	66.453
(-) Despesas financeiras		(44.083)	(24.865)
(+) Resultado patrimonial		5	-
(=) Resultado operacional	134.133	109.240	
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(710)	(20)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	133.423	109.220	
(-) Imposto de renda	26a	(29.312)	(27.639)
(-) Participações sobre o resultado	26a	(19.150)	(17.460)
(=) Lucro líquido do exercício	82.874	63.921	
(/) Quantidade de ações		17.476	16.767
(=) Lucro líquido por ação - R\$			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculos destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorrerá para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuindo importância significativa para o evento de sinistro. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	2015		2014	
	Danos	%	Danos	%
Centro-Oeste	88.685	13%	75.048	13%
Nordeste	107.635	16%	103.770	18%
Norte	38.009	6%	37.086	6%
Sudeste	295.965	44%	261.873	44%
Sul	141.585	21%	115.479	19%
Total	671.879	100%	593.256	100%

Região geográfica	2014		2015	
	Danos	%	Danos	%
Centro-Oeste	89.485	14%	84.832	14%
Nordeste	114.296	17%	109.893	18%
Norte	40.056	6%	37.700	6%
Sudeste	286.543	44%	266.723	43%
Sul	128.118	19%	113.534	19%
Total	658.498	100%	612.862	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT no montante de R\$ 2.215 e R\$ 48.783 (R\$ 1.171 e R\$ 44.950 em 2014). (**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 1.466 (R\$ 1.596 em 2014).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco e/ou de risco são variáveis abaixo: **a) Provisões Técnicas:** i. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 25,28% (30,01% em 2014) nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando a sensibilidade acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade	2015		2014	
		Impacto no patrimônio líquido/resultando (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/resultando (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/resultando (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/resultando (Bruto de impostos)
a. IBNR	Aumento do Coeficiente de Variação dos Fatores de 5% e elevação de 5% na sinistralidade	(4.320)	(4.583)	(12.577)	(10.453)
b. Sinistralidade	Aumento	(12.577)	(10.453)	-	-

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou grupais que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser materializado por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração da capacidade de crédito dos seguradores e resseguradores. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito por prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecipação ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguro, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora se refere a diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco de resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e a faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros foi considerado o rating da MAPFRE RE da Espanha.

Rating	2015		2014	
	Local	Admitida	Eventual	Total (*)
A	13.004	21.849	34.853	11.477
A+	-	2.579	2.579	394
A-	38.903	267	55	39.226
AA-	1.745	-	1.745	-
AA	-	142	142	-
BA-	70	-	70	-
Total	53.731	24.695	197	78.623

(*) Não inclui RVNE no montante de R\$ 465 (R\$ 1.596 em 2014). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Ambest*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções no caso de rebaixamento do rating e Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2015:

Ativos financeiros (aplicações) - rating	2015					Sem Rating	Total
	AAA	AA+	AA	AA-	A+		
Títulos de renda fixa públicos (*)	417.490	-	-	-	-	-	417.490
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE) (**)	-	-	-	16.171	-	-	16.171
Debêntures	-	873	4.915	-	3.535	-	9.323
Letras financeiras	12.554	-	-	-	-	-	12.554
Fundos de investimento em direitos creditórios	18.326	-	-	-	-	-	18.326
Outras aplicações	-	-	-	-	-	234	234
Total	435.816	12.554	873	4.915	16.171	3.535	474.098

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 34.240 com lastro em títulos públicos. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

Ativos financeiros (aplicações) - rating	2014					Sem Rating	Total
	AAA	AA+	AA	AA-	A+		
Títulos de renda fixa públicos (*)	325.692	-	-	-	-	-	325.692
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE) (**)	12.413	-	-	-	-	-	12.413
Debêntures	-	-	13.848	-	-	-	13.848
Letras financeiras	25.620	20.292	7.861	1.452	-	-	39.627
Fundos de investimento em direitos creditórios	18.184	-	-	-	-	-	18.184
Outras aplicações	-	-	-	-	-	234	234
Total	381.909	20.292	32.716	1.452	234	436.603	

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 61.672 com lastro em títulos públicos. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado, previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redimensionamento dos investimentos. Atualmente, a Seguradora reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa.

Ativo	2015		2014	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos
Disponível	6.725	-	6.725	-
Equivalentes de caixa	4.452	-	4.452	-
Aplicações (*)	129.654	116.600	196.015	514.279
Créditos das operações com seguros e resseguros	580.129	-	480.129	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	98.469	65.469	4.564	168.502
Outros créditos operacionais	10.101	-	10.101	-
Títulos e créditos a receber (**)	27.637	-	27.637	-
Outros valores e bens	867	-	867	-
Despesas antecipadas	356	-	356	-
Custos de aquisição diferidos	76.564	5.225	81.789	-
Outros ativos	234	-	234	-
Total	907.198	187.294	200.579	1.295.071

Passivo	2015		2014	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos
Provisões técnicas (***)	408.286	225.044	13.648	647.338
Contas a pagar	84.041	118	-	84.159
Débitos das operações com seguros e resseguros	325.962	-	-	325.962
Depósitos de terceiros	37.172	-	-	37.172
Total passivo	855.461	225.522	13.648	1.094.631

Ativo	2015		2014	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos
Disponível	64.300	-	64.300	-
Equivalentes de caixa	8.467	-	8.467	-
Aplicações (*)	129.654	144.223	111.996	385.953
Créditos das operações com seguros e resseguros	463.022	3.202	466.342	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	94.979	69.610	5.429	169.618
Outros créditos operacionais	6.108	-	6.108	-
Títulos e créditos a receber (**)	30.782	-	30.782	-
Outros valores e bens	366	-	366	-
Despesas antecipadas	9.185	-	9.185	-
Custos de aquisição diferidos	72.619	5.832	78.451	-
Outros ativos	234	-	234	-
Total ativo	879.396	222.985	117.425	1.219.806

2014	Até 1 ano		De 1 a 5 anos		Total
	1 ano	5 anos	5 anos	Total	
Provisões técnicas (***)	351.067	256.363	11.655	619.085	
Contas a pagar	66.140	-	-	66.140	
Débitos das operações com seguros e resseguros	326.925	-	-	326.925	
Depósitos de terceiros	52.050	-	-	52.050	
Total passivo	796.182	256.363	11.655	1.064.200	

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 59.585 (R\$ 50.416 em 2014) e R\$ 59.568 (R\$ 50.396 em 2014), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 20.136 (R\$ 19.159 em 2014), e provisões judiciais de R\$ 37.025 (R\$ 29.733 em 2014), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 24.080 (R\$ 16.209 em 2014) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e a BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 1.244 (R\$ 910 em 2014). Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 481.437 (R\$ 439.546 em 2014) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 59.585 (R\$ 50.416 em 2014) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e R\$ 234 (R\$ 234 em 2014) relativo a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 421.618 (R\$ 388.896 em 2014). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da empresa foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco	2015		2014	
	Impacto no patrimônio líquido/resultando (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/resultando (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/resultando (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/resultando (Bruto de impostos)
Taxa de juros	-	-	-	-
Elevação de taxas	-	-	(6.826)	-
Redução de taxas	15.937	-	7.596	-

Parâmetros: a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014. b) 100 *basis points* nas estruturas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e incluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) reportado de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de planos de continuidade de negócio - PCN; • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da Auditoria Interna:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco. Liquidado em relação ao CR é a situação em que a Seguradora apresente montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR. O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital base e o capital de risco (CR). Até a entrada em vigor do requerimento de capital para risco de mercado a Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Participações societárias	239.928	239.928	(471)	(717)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	-	-	(171)	(171)
Ativos Intangíveis	(30.635)	(30.635)	-	-
Patrimônio líquido ajustado (a)	208.805	208.805	-	-
Capital base - CB	15.000	15.000	-	-
Capital de risco (subscrição, crédito e operacional) (Cv)	124.423	124.423	-	-
Capital de risco de subscrição	105.680	105.680	-	-
Correlação entre capitais de subscrição e crédito	(10.313)	(10.313)	-	-
Capital de risco operacional	4.690	4.690	-	-
Capital mínimo requerido (b)	124.423	124.423	-	-
Suficiência de capital (c = a-b)	84.382	84.382	-	-
Suficiência de capital (c-b)	67.822	67.822	-	-

Abaixo é apresentado o cálculo do índice de liquidez da Seguradora:
Capital de risco (a) 124.423
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 321/15 - 20% sobre CR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de Ramos	2015			2014		
	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Resseguro (nota 25f)	% Retenção	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Resseguro (nota 25f)	% Retenção
	Patrimonial	550.133	51.216	91%	569.439	35.964
Transportes	15.955	46	100%	16.408	20	100%
Marítimos/aeronáuticos	21.385	14.075	34%	11.544	9.266	20%
Demais	84.406	13.286	84%	61.107	566	99%
Total	671.879	68.623	88%	658.498	45.816	93%

(*) Prêmio emitido líquido de cessatário, cancelamentos, RVNE e DPVAT no valor de R\$ 2.215 e R\$ 48.783 (R\$ 1.171 e R\$ 44.950 em 2014). (**) Resseguro cedido líquido de RVNE no valor de R\$ 466 e (R\$ 1.596 em 2014).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

O saldo apresentado em Títulos e créditos a receber refere-se basicamente a outros créditos pendentes, no valor de R\$ 18.371, compartilhamento de despesas R\$ 8.030 e ressarcimento R\$ 5.341 (R\$ 28.902 em 31 de dezembro de 2014).

11. IMOBILIZADO

	2015			2014		
	Taxa anual	2014	Adições	Baixa	Depreciação	2015
Equipamentos	10%	1.320	479	(372)	(341)	1.086
Veículos	20%	116	139	(90)	(23)	142
Total		1.436	618	(462)	(364)	1.228

	2015			2014		
	Taxa anual	2015	Adições	Baixa	Depreciação	2014
Equipamentos	10%	1.099	500	—	(279)	1.320
Veículos	20%	—	182	(56)	(10)	116
Total		1.099	682	(56)	(289)	1.436

12. INTANGÍVEL

	2015			2014		
	2015	Adições	Baixa	Amortização	2015	2014
Desenvolvimento de sistemas	6.267	26.999	(640)	—	30.635	—
Desenvolvimento de sistemas	3.613	2.656	—	—	6.269	—

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Provisões técnicas - Seguros	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)		Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)		Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNeR		Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR		Provisão de despesas relacionadas - PDR		Provisão de excedentes técnicos - PET		Total
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Saldo no início do exercício	346.261	286.448	51.352	(37.107)	4.115	18.412	669.881	669.881	4.115	18.412	669.881	669.881	669.881
Constituições/reversões	27.166	—	12.531	—	559	—	—	—	—	—	—	—	—
Aviso de sinistros	—	366.713	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamento de sinistros	—	(232.671)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(173.382)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Atualização monetária e juros	—	33.306	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras reversões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo no final do exercício	373.427	282.414	63.883	(17.492)	4.674	(18.412)	706.906	706.906	4.674	(18.412)	706.906	706.906	706.906

Provisões técnicas - Seguros	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)		Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)		Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNeR		Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR		Provisão de despesas relacionadas - PDR		Provisão de excedentes técnicos - PET		Total
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Saldo no início do exercício	320.669	224.135	33.749	(30.573)	2.958	14.177	567.721	567.721	2.958	14.177	567.721	567.721	567.721
Constituições/reversões	25.592	—	17.603	—	9.768	—	—	—	—	—	—	—	—
Aviso de sinistros	—	377.102	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamento de sinistros	—	(209.444)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(106.466)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Atualização monetária e juros	—	1.121	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras reversões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo no final do exercício	346.261	286.448	51.352	(37.107)	4.115	(18.412)	669.881	669.881	4.115	(18.412)	669.881	669.881	669.881

Provisões técnicas - Resseguros	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)		Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)		Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNeR		Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR		Provisão de despesas relacionadas - PDR		Provisão de excedentes técnicos - PET		Total
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Saldo no início do exercício	37.092	136.272	10.760	(15.453)	9.478	14.177	169.618	169.618	9.478	14.177	169.618	169.618	169.618
Constituições/reversões	15.278	—	6.538	—	9.768	—	—	—	—	—	—	—	—
Aviso de sinistros	—	313.535	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamento de sinistros	—	(87.291)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(278.154)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Atualização monetária e juros	—	27.517	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras reversões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo no final do exercício	52.370	111.879	10.760	(15.453)	9.478	14.177	169.618	169.618	9.478	14.177	169.618	169.618	169.618

Provisões técnicas - Resseguros	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + RVNE)		Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)		Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNeR		Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR		Provisão de despesas relacionadas - PDR		Provisão de excedentes técnicos - PET		Total
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Saldo no início do exercício	49.262	98.007	4.222	(9.341)	632	315	144.203	144.203	632	315	144.203	144.203	144.203
Constituições/reversões	(12.170)	—	6.538	—	9.768	—	—	—	—	—	—	—	—
Aviso de sinistros	—	493.177	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamento de sinistros	—	(87.802)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(367.567)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Atualização monetária e juros	—	457	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras reversões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo no final do exercício	37.092	136.272	10.760	(15.453)	9.478	14.177	169.618	169.618	9.478	14.177	169.618	169.618	169.618

(*) Inclui o montante de R\$ 46.369 referente a provisão de sinistro judicial (R\$ 34.966 em 2014).

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cessatário aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Montante estimado para o sinistro	Ano de aviso do sinistro									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
No ano do aviso	314.699	76.994	64.755	86.634	133.305	160.042	223.106	242.836	226.725	226.725
Um ano após o aviso	347.906	63.987	60.732	84.473	110.244	135.966	252.077	219.908	—	—
Dois anos após o aviso	329.478	61.114	60.321	88.440	110.778	136.690	254.196	—	—	—
Três anos após o aviso	326.796	62.850	58.410	90.257	111.631	139.511	—	—	—	—
Quatro anos após o aviso	332.562	60.410	58.370	89.314	115.278	—	—	—	—	—
Quatro anos após o aviso	343.975	57.022	60.775	91.953	—	—	—	—	—	—
Seis anos após o aviso	343.539	57.363	63.185	—	—	—	—	—	—	—
Seis anos após o aviso	336.628	57.826	—	—	—	—	—	—	—	—
Oito anos ou mais após o aviso	345.057	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2015	304.301	57.826	63.185	91.953	115.278	139.511	215.196	219.908	226.725	1.513.697
Pagamentos efetuados até 31.12.2015	304.301	51.781	53.425	87.165	104.350	129.523	216.507	183.230	120.171	1.250.453
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	40.756	6.045	9.760	4.788	10.928	9.988	37.689	36.678	106.554	263.186
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2015	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8.478
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	271.664
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	—	—	—	—	59.568
Retrocessão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.247
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	333.479

Montante de sinistros pagos	Ano de aviso do sinistro									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
No ano do aviso	176.203	31.138	27.198	36.724	60.592	68.723	110.376	105.680	120.171	120.171
Um ano após o aviso	250.958	47.260	47.218	62.377	99.515	117.006	188.062	183.230	—	183.230
Dois anos após o aviso	274.643	48.741	48.817	77.145	101.029	127.198	216.507	—	—	216.507
Três anos após o aviso	282.068	49.507	51.885	78.549	103.773	129.523	—	—	—	129.523
Quatro anos após o aviso	289.451	50.372	52.113	85.368	104.350	—	—	—	—	104.350
Quatro anos após o aviso	296.227	50.659	53.338	87.165	—	—	—	—	—	87.165
Seis anos após o aviso	298.937	50.797	53.425	—	—	—	—	—	—	53.425
Seis anos após o aviso	303.565	51.781	—	—	—	—	—	—	—	51.781
Oito anos ou mais após o aviso	304.301	—	—	—	—	—	—	—	—	304.301
Pagamentos efetuados até 31.12.2015	304.301	51.781	53.425	87.165	104.350	129.523	216.507	183.230	120.1	

c) Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Lei nº 13.169/15: A Lei nº 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL das instituições financeiras por prazo determinado - período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, passando a vigorar a alíquota de 20%. O efeito do aumento de 5% na alíquota sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização, até dezembro de 2018, foi de R\$ 916, e a despesa adicional decorrente da majoração em 2015 representou R\$ 1.208.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, a Seguradora mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente a compra de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas). As receitas estão registradas como "Prêmios emitidos" e as despesas nas rubricas "Outras despesas operacionais", "Despesas financeiras", "Custos de aquisição", "Outros custos de aquisição" e "Despesas administrativas". O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Seguradora somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto. A Seguradora mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil e MAPFRE RE Cia de Reasegurados. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram os seguintes:

2015	2014
1.153	680

b) Compartilhamento de despesas: As despesas administrativas das empresas operacionais do Grupo Segurador BBMAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing). Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as receitas e despesas incorridas no período estão resumidos na tabela abaixo:

Relação	2015				2014			
	Ativo	Passivo	Despesa	Receita	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Banco do Brasil	-	43.461	87.767	394	-	333	37.567	8.387
BB Corretora (**)	-	38.436	127.617	-	-	40.095	130.161	-
BB DTVM (***)	-	-	794	-	-	-	3.646	-
BrasilPrev	-	-	-	-	-	-	29	33
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	822	419	37	-	103	-	-	1.505
Brasil Assistência S.A.	-	-	8.060	-	-	-	452	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	3.293	1.759	1.805	-	7.635	18.931	9.709	-
MAPFRE Affinity Seguradora S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	456
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	3.622	8.283	34.960	-	278	4.304	50.969	-
MAPFRE Vida S.A. (*)	292	327	1.537	-	33	243	2.798	-
MAPFRE RE CIA de Reasegurados (***)	26.411	16.718	10.837	2.605	7.398	20.583	25.713	7.204
MAPFRE RE do Brasil (***)	136.597	46.759	18.699	4.345	91.211	35.466	109.119	-
Vida Seguradora S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	-	96

28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 61 (R\$ 41 em 2014).

29. COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Aliança do Brasil Seguros S.A. São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2015, dos limites de retenção I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação a legislação em vigor da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrangem uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Aliança do Brasil Seguros S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CIBA 48

Anexo I	
Aliança do Brasil Seguros S.A.	
(Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas e Ativos de Resseguro	
Total de provisões técnicas auditadas	647.338
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	59.568
Total de provisões técnicas	706.906
Total de ativos de resseguro	168.502
(*) Conforme Resolução CNSP nº 321/2015, Artigo nº 110, § 1º Para o seguro DPVAT, a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da Seguradora administradora dos consórcios.	
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	
Provisões Técnicas (a)	647.338
Valores redutores (b)	291.652
Total a ser coberto (a-b)	355.686
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	124.423
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	124.423
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	208.805
Exigência de Capital (CMR) (b)	124.423
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	84.382
Ativos Garantidores (d)	414.279
Total a ser Coberto (e)	355.686
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	58.593
Ativos Líquidos (g)	58.593
Capital de Risco (CR) (h)	124.423
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g/h)	47,09%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0173; 0272; 0860; 0870	500
0740	620
0115	1.000
1535	2.000
0433; 0746	2.500
0351; 1428; 1528	3.000
0748; 0775; 0776	3.500
0114; 0621; 0622; 1433	5.000
0116; 0118; 0141; 0167; 0171; 0196	7.500

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da Aliança do Brasil Seguros S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da

apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança do Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.



KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos Contadora CRC 1SP224130/O-0

DIRETORIA

Roberto Barroso
Diretor Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Benedito Luiz Alves Dias
Carlos Alberto Landim

Cynthia Betti Rodrigues Qualharello
Gilberto Lourenço da Aparecida
Jabis de Mendonça Alexandre

Luiz Gustavo Braz Lage
Maurício Galian
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031

O GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE ESTÁ SEMPRE PENSANDO EM VOCÊ. POR ISSO, NÃO PARA DE INOVAR.

PARA ESTAR PRÓXIMO DAS PESSOAS, É PRECISO CRIAR SOLUÇÕES INOVADORAS EM CADA PRODUTO E PROCESSO.

- Levamos transparência e simplicidade a todos os canais de comunicação.
- Com o Família Sempre Protegida, tornamos acessível o seguro.
- Acompanhando o avanço digital, levamos soluções aonde os clientes estão.
- Para atender às necessidades das pessoas, lançamos produtos flexíveis, como o Seguro Auto 6 Meses e Plurianual.

